



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

2732
1

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0081831-3

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: José Paulo Cavalcanti Filho (PE 3619) e outros, conforme RITJPE
EMBARGADOS: COMERCIAL CARDONI LTDA
WAYNE FONTENELLE MAGALHÃES CARDONI
ADVOGADO: Julie Fontenelle M. M> Cardoni (PE6286 26846) e outros, conforme RITJPE
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
DATA DO JULGAMENTO:

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DETERMINAÇÃO EXPRESSA DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. DESNECESSIDADE. RECURSO REJEITADO.

1. No julgamento da apelação cível percebe-se que os membros dessa Câmara vislumbraram a relevância da expedição de ofícios à Receita Federal e ao Município de Vitória de Santo Antão, inclusive acolhendo a preliminar de cerceamento do direito de defesa.

2. Inexiste omissão pela ausência de determinação, em segundo grau de jurisdição, de expedição dos referidos expedientes, sobretudo porque esta foi a questão determinante para o retorno dos autos a fim de se dar prosseguimento à instrução processual, consoante se depreende do voto condutor e das notas taquigráficas anexadas aos autos.

3. Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso, uma vez que, repita-se, a não expedição dos ofícios foi devidamente analisada pela Turma, a qual considerou-a relevante ao julgamento do litígio.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

0081831-3, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar o recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 02 de outubro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL Nº 0081831-3

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO: José Paulo Cavalcanti Filho (PE 3619) e outros, conforme RITJPE

EMBARGADOS: COMERCIAL CARDONI LTDA

WAYNE FONTENELLE MAGALHÃES CARDONI

ADVOGADO: Julie Fontenelle M. M. Caroni (PE 26846) e outros, conforme RITJPE

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

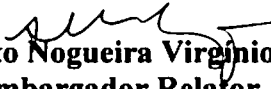
Cuida-se de Embargos Declaratórios opostos pela SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, em face do acórdão de fl. 2.709, sob o argumento de que havia omissão a ser sanada.

Suscita a recorrente, em apertada síntese, que o acórdão recorrido, ao acolher preliminar de cerceamento do direito de defesa, deve abranger, não apenas a necessidade de realização da audiência, mas determinar a expedição dos ofícios à Receita Federal e ao Município de Vitória de Santo Antão, como já havia sido determinado pelo juízo *a quo* à fl. 2.309.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, *d*, do RITJ/PE.

Recife, 02 de outubro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL Nº 0081831-3

EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO: José Paulo Cavalcanti Filho (PE 3619) e outros, conforme RITJPE

EMBARGADOS: COMERCIAL CARDONI LTDA

WAYNE FONTENELLE MAGALHÃES CARDONI

ADVOGADO: Julie Fontenelle M. M. Caroni (PE 26846) e outros, conforme RITJPE

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

No presente recurso, vislumbro a ausência de qualquer vício a ser suprido, não merecendo guarida as argumentações da parte embargante.

Após a sustentação oral pelos causídicos de ambas as partes, os membros da 2ª Câmara Cível começaram os debates sobre a preliminar de cerceamento do direito de defesa, ocasião em que, na condição de Desembargador Relator, reflui de meu entendimento para acompanhar o posicionamento dos meus pares no sentido de acolhê-la e, em consequência, determinar a remessa dos autos ao juízo de origem para ser dado prosseguimento à instrução processual.

Nas notas taquigráficas de fls. 2.702/2.707, percebe-se, sem qualquer esforço, o reconhecimento do prejuízo à defesa da recorrente o fato de não terem sido expedidos os ofícios a que se refere o despacho de fl. 2.309, considerados “relevantes”, pelos membros dessa Câmara, para o deslinde da controvérsia.

Vem a embargante, em sede de recurso aclaratório, requerer a determinação expressa da expedição dos referidos expedientes.

Ocorre que, no acórdão recorrido (fl. 2.709v), consta que a preliminar foi acolhida “nos termos do voto e discussão da Turma”, nos quais, diga-se, analisou exatamente a ausência da expedição dos ofícios, não sendo necessário que, no *decisum* objurgado, seja determinada tal medida ao juízo *a quo*.

Isso porque, como de sabença trivial, o voto condutor e as notas taquigráficas são partes integrantes do acórdão, os quais são consultados pelos julgadores e litigantes.



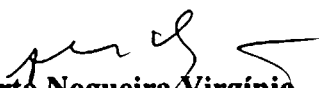
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso, uma vez que, repita-se, a não expedição dos ofícios foi devidamente analisada pela Turma, a qual considerou-a relevante ao julgamento do litígio.

Ante o exposto, não vislumbrando qualquer vício no julgado, **conheço dos presentes embargos, porém os rejeito**, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 02 de outubro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator